

“Os participantes devem assumir o compromisso de fazer da avaliação um fecundo processo de aprendizagem, de crescimento social e de melhoramento institucional”.

Dilvo Ristoff¹

Este boletim traz informações sobre a autorização de novos Cursos de Engenharia na Faculdade de Campo Real realizadas pelas Comissão de Avaliação do MEC/INEP, e a oferta do processo de vestibular após o parecer oficial. Traz também informações sobre os índices de participação discente e docente no processo de autoavaliação institucional, sobre Seminários Acadêmicos sobre Avaliação Institucional, sobre I Encontro em Direitos Humanos Contemporâneos e sobre a seleção da dissertação da coordenadora do curso de Nutrição da Campo Real para o prêmio de incentivo em Ciência e Tecnologia - SUS 2016 / Ministério da Saúde.

NOVOS CURSOS DE ENGENHARIA DA FACULDADE CAMPO REAL PASSAM POR AVALIAÇÃO EXTERNA DO MEC E SÃO AUTORIZADOS

Entre os meses de fevereiro e abril do ano de 2015 a Faculdade Campo Real recebeu Comissões de Avaliação Externa, realizadas pelas Comissões de Avaliação do MEC/INEP para Autorização de novos cursos de Engenharia: no período de 22 de fevereiro a 25 de fevereiro – Curso de Engenharia Civil (22 a 25/02), Curso de Engenharia Elétrica (15 a 18/03), Curso de Engenharia Mecânica (29/03 a 01/04).

Após receber parecer oficial do Ministério da Educação, publicados em Diário Oficial² - outubro/2015, a Faculdade oferta processo seletivo no dia 22 de novembro de 2015, para ingresso de turmas dos respectivos cursos no início do ano letivo 2016.



Fonte: Setor de Marketing – Faculdade Campo Real

¹ RISTOFF, Dilvo I.. Avaliação institucional: pensando princípios. In: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César. (Orgs.) Avaliação Institucional: teoria e experiências. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

² Engenharia Civil – autorizado pela Portaria Ministerial nº 701 de 01 de Outubro de 2015.

Engenharia Elétrica – autorizado pela Portaria Ministerial nº 702 de 01 de Outubro de 2015.

Engenharia Mecânica – autorizado pela Portaria Ministerial nº 704 de 02 de Outubro de 2015.

“Os participantes devem assumir o compromisso de fazer da avaliação um fecundo processo de aprendizagem, de crescimento social e de melhoramento institucional”.

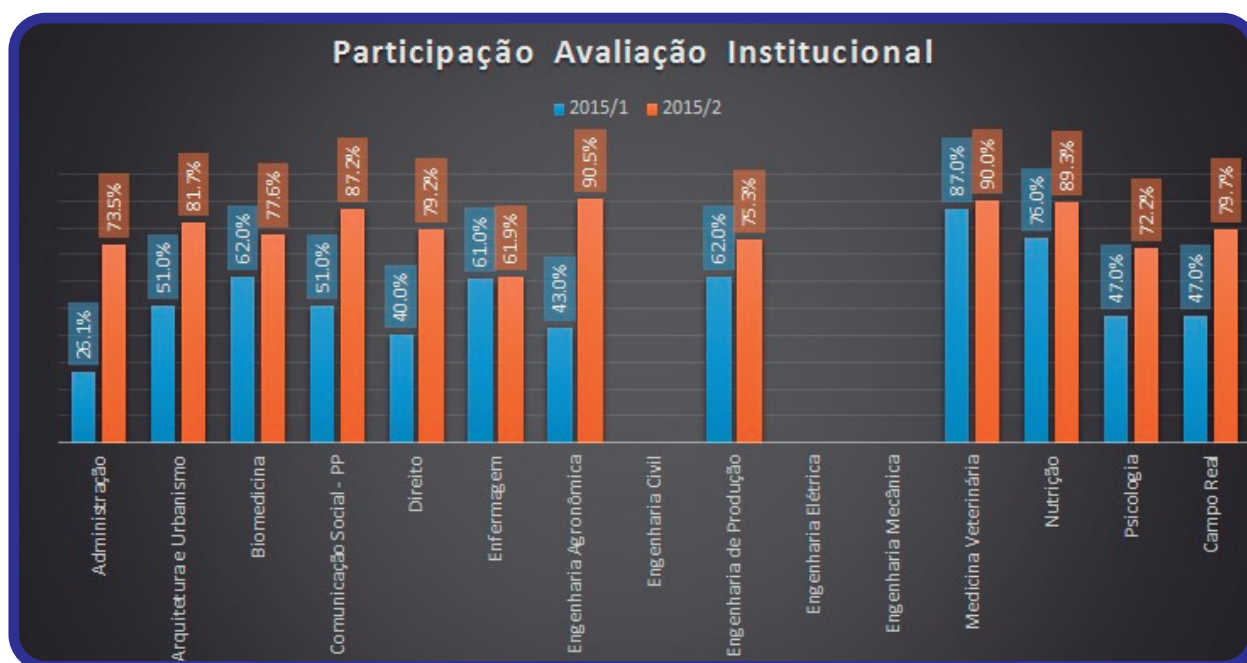
Dilvo Ristoff

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO

Na Faculdade Campo Real, os procedimentos de autoavaliação institucional e a participação da comunidade acadêmica têm caráter, em primeira instância, como uma política de gestão. A instituição cumpre com requisitos legais e adota uma proposta baseada na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa.

Nos procedimentos de autoavaliação institucional e na participação da comunidade acadêmica, registra-se a periodicidade semestral para a realização das ações de avaliação interna, visando o diagnóstico mais preciso e construtivo do corpo docente, do corpo discente e do projeto pedagógico, com etapas definidas. Na etapa de aplicação de questionários, via sistema, aos alunos e docentes, tem-se novo e importante instrumento formal para maior conhecimento das dificuldades e propostas de ação de melhorias.

Nessa etapa, de aplicação de questionários formais via sistema, é oportuno observar que a credibilidade no processo de autoavaliação institucional conduzido pela CPA e nas deliberações consequentes pode ser verificada pelos índices de participação dos acadêmicos.

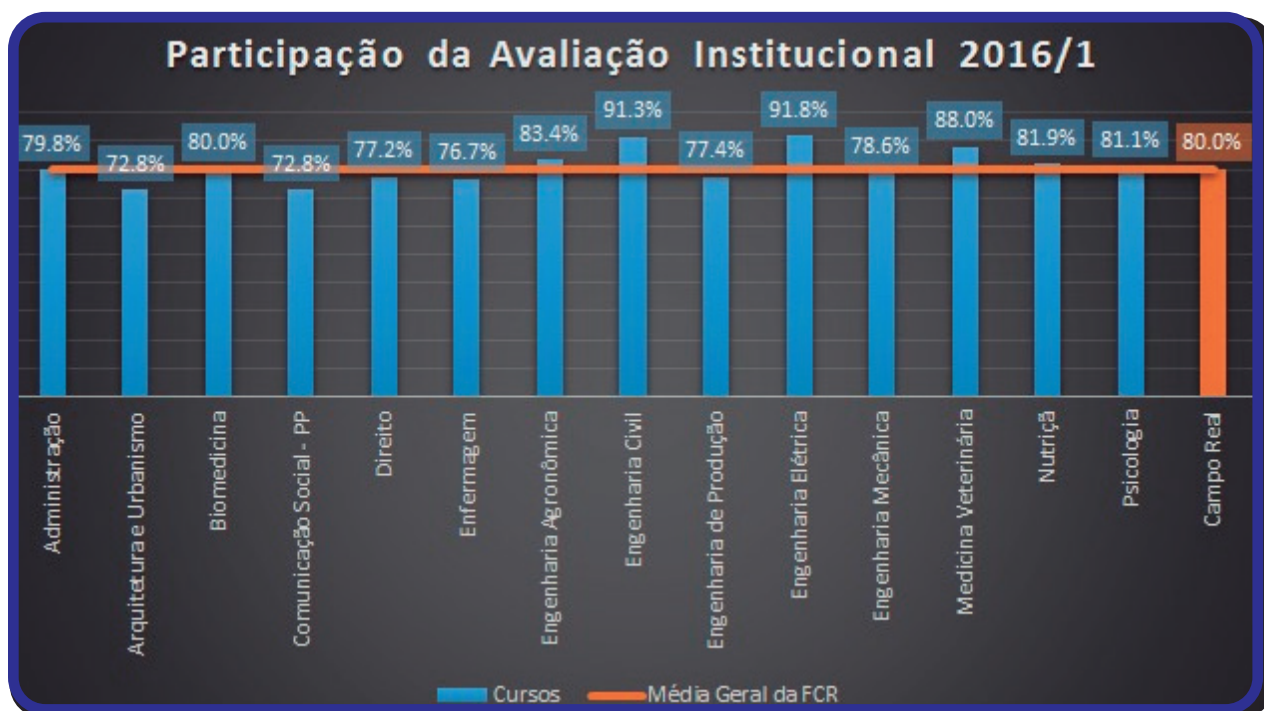


Fonte: Relatórios CPA 2016

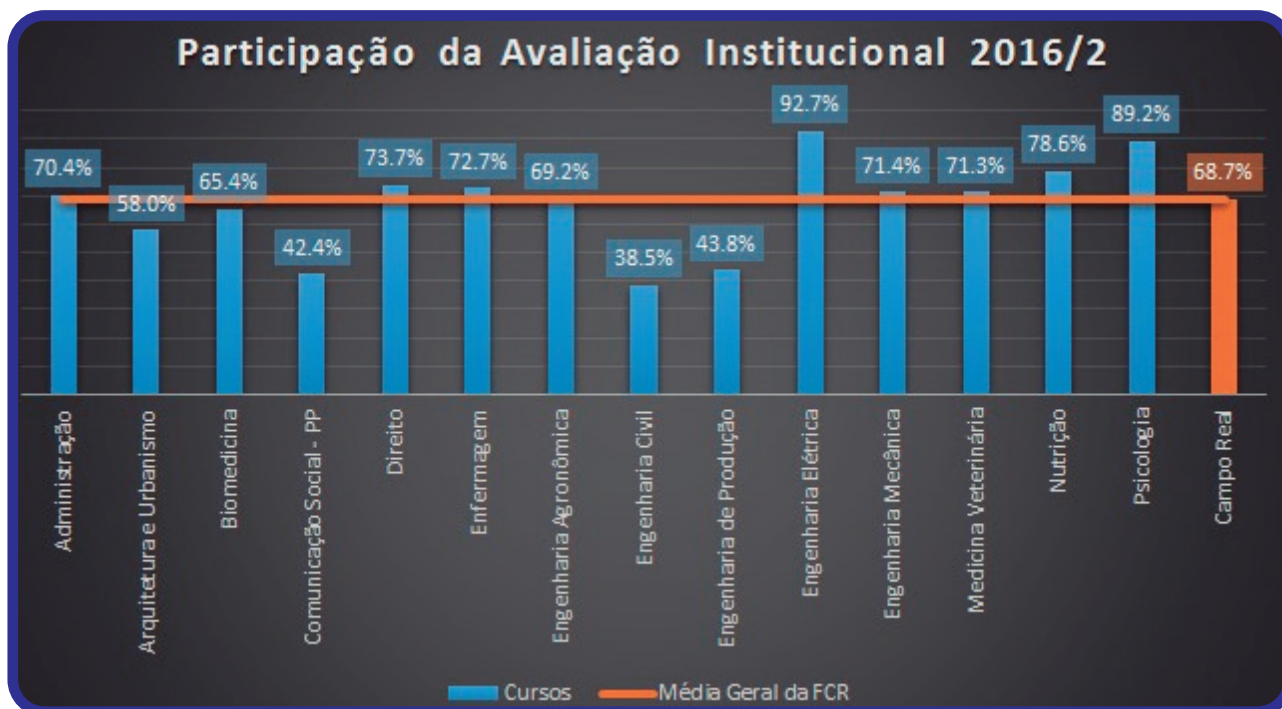
Os índices apresentam significativo percentual de participação discente no processo, e isso retrata uma importante característica de que a cultura avaliativa está devidamente implantada. O destaque no relevante aumento percentual de participação pode ser verificado, especialmente no período compreendido entre 2015/01 e 2015/02.

“Os participantes devem assumir o compromisso de fazer da avaliação um fecundo processo de aprendizagem, de crescimento social e de melhoramento institucional”.

Dilvo Ristoff



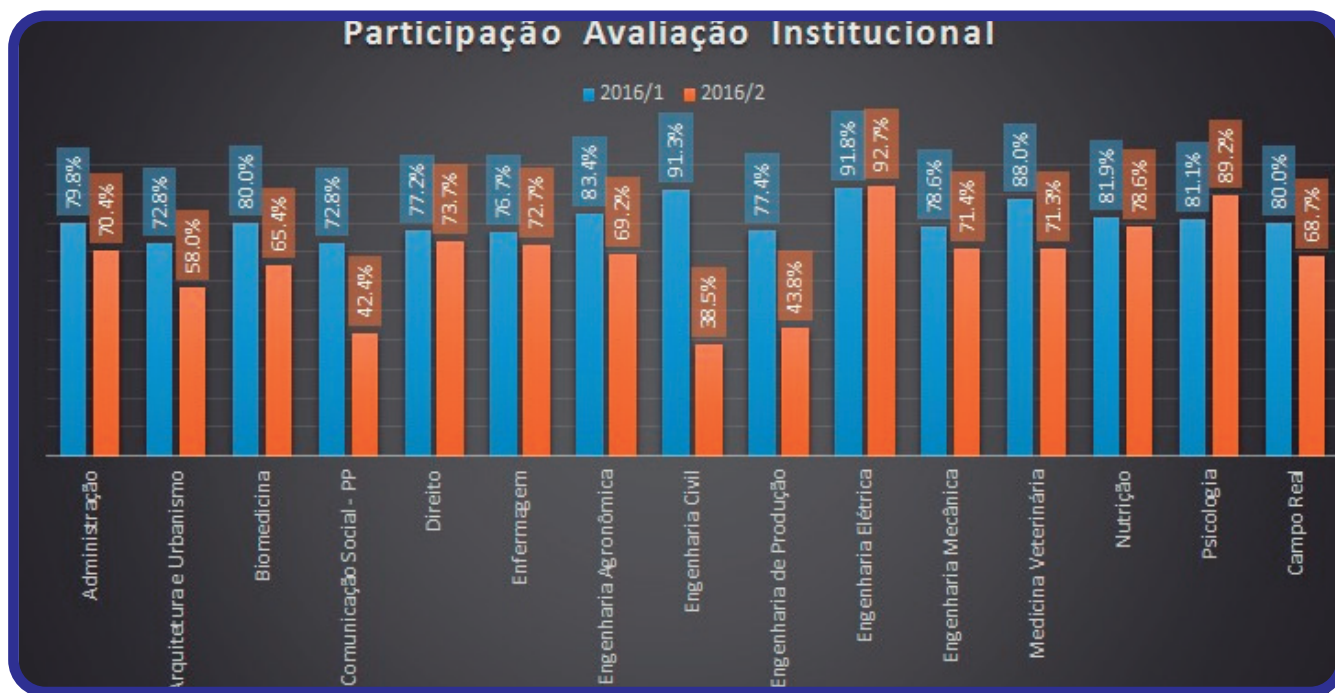
Fonte: Relatórios CPA 2016



Fonte: Relatórios CPA 2016

“Os participantes devem assumir o compromisso de fazer da avaliação um fecundo processo de aprendizagem, de crescimento social e de melhoramento institucional”.

Dilvo Ristoff



Fonte: Relatórios CPA 2016

A manutenção da credibilidade estendeu-se para os processos realizados em 2016, período em que se manteve o índice percentual geral de participação discente, alcançando 80% de participação discente no primeiro semestre de 2016, e 68.7 do total de alunos no segundo semestre.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO

Pós-graduação / Docentes

Sobre a participação discente nos cursos de Pós-graduação, o processo formal de autoavaliação tem obtido índices de 80% do total de alunos. Nesse segmento, o instrumento via sistema, não se mostrou o mais eficiente para adesão dos alunos. Dessa forma, optou-se pela adoção de questionários impressos, instrumento que facilitou a adesão e a participação dos alunos, imediatamente ao final de cada módulo. Esse instrumento está em fase de readequação e serão realizados testes de adesão no sistema digital.

Sobre a participação docente no processo formal via sistema, no processo ocorrido no segundo semestre de 2016 houve melhor índice de participação, alcançando o índice de 75% do total dos professores.

“Os participantes devem assumir o compromisso de fazer da avaliação um fecundo processo de aprendizagem, de crescimento social e de melhoramento institucional”.

Dilvo Ristoff

SEMINÁRIOS ACADÊMICOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Relativo à participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação, ressalta-se que buscou não se voltar somente para a produção de conhecimento, ou, para busca de dados em um levantamento apenas quantitativo, mas se configurar como um dispositivo pelo qual a comunidade interfere ativa e organizadamente nos processos avaliativos e, por conseguinte, nas tomadas de decisão e de implementação de mudança. Nesse sentido, tem destaque relevante também a participação da comunidade acadêmica nos **Seminários Acadêmicos de Auto-avaliação Institucional**, realizados por curso, no início de cada novo semestre letivo. O evento é novo e importante espaço de divulgação e discussão dos índices obtidos pela Instituição a cada semestre, novo momento de ampla devolutiva em relação às deliberações decorrentes e de construção coletiva de novas proposições para a construção conjunta do planejamento institucional.



“Os participantes devem assumir o compromisso de fazer da avaliação um fecundo processo de aprendizagem, de crescimento social e de melhoramento institucional”.

Dilvo Ristoff



Nesse sentido, a participação da comunidade acadêmica nos procedimentos de autoavaliação institucional têm caráter, em primeira instância, como uma política de gestão. A instituição cumpre com requisitos legais e adota uma proposta baseada na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa.

As reuniões com representantes de turma e os seminários acadêmicos de autoavaliação institucional figuram entre os principais mecanismos de sensibilização, pois congregam a ampla e direta divulgação dos resultados e deliberações já alcançadas, a discussão dos dados e proposição de melhorias. Essa transparência, efetiva participação e liberdade política têm sido relevantes.

Por parte da instituição, devem ser assegurados os meios necessários, não só de infraestrutura e tempo, como também e principalmente de liberdade de expressão. (RISTOFF, 2000).

CAMPO REAL INAUGURA NOVA ESTRUTURA PARA O CURSO DE COMUNICAÇÃO – PUBLICIDADE E PROPAGANDA

BZZ – Agência Experimental

Você pediu, a CPA ouviu!

A Faculdade Campo Real fez novos investimentos, realocou e reestruturou a BZZ – Agência Experimental do Curso de Comunicação – Publicidade e Propaganda³.

O novo espaço, estrutura e novos equipamentos para os acadêmicos e a comunidade foi inaugurado no dia 17 de setembro, data em que o curso de Publicidade e Propaganda recebeu suas novas instalações.

³ Curso de Publicidade e Propaganda, autorizado por meio da Portaria nº 1.330 de 04 de julho de 2001, reconhecido por meio da Portaria nº 223 de 07 de junho de 2006 e renovação do reconhecimento se deu por meio da Portaria nº 25 de 12 de março de 2012. Em 19 de Dezembro de 2013 foi publicada a Portaria nº 703, de 18 de Dezembro de 2013, que renovou o reconhecimento do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda.

“Os participantes devem assumir o compromisso de fazer da avaliação um fecundo processo de aprendizagem, de crescimento social e de melhoramento institucional”.

Dilvo Ristoff



“Os participantes devem assumir o compromisso de fazer da avaliação um fecundo processo de aprendizagem, de crescimento social e de melhoramento institucional”.

Dilvo Ristoff

I ENCONTRO DE DIREITOS HUMANOS CONTEMPORÂNEOS

No dia 04 do mês de dezembro de 2015, foi promovido pela Faculdade Campo Real o I ENCONTRO DE DIREITOS HUMANOS CONTEMPORÂNEOS. O evento contou com a presença e mediação dos Juristas Dr. Luiz Alberto David Araújo, Dr. Lênio Streck, Dr. Jacinto de Miranda de Coutinho e Dr. Fernando Facury Scaff. O tema central do evento contemplou os Direitos Humanos Contemporâneos.

**I Encontro sobre
Direitos Humanos
Contemporâneos**

**FACULDADE
CAMPO REAL**
EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

A Faculdade
Campo Real
promove o encontro
dos maiores juristas nacio-
nais para debaterem sobre Direi-
tos Humanos e sua necessária aplica-
ção no cotidiano forense.

03.DEZ.2015 - 19h

VAGAS LIMITADAS
Local: Salão Nobre da Faculdade Campo Real
Inscrições na Secretaria Acadêmica até o dia 30.11.15
Acadêmicos da Faculdade Campo Real: R\$ 15,00
Profissionais: R\$ 25,00
Mais informações www.camporeal.edu.br e 42 3621-5200

**I Encontro sobre
Direitos Humanos
Contemporâneos**

Direito

**FACULDADE
CAMPO REAL**
EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

MEDIADOR: DR. JACINTO DE MIRANDA DE COUTINHO
É graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1980), Especialista em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1984), Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1987) e Doutor em Direito Penal e Criminologia pela Università degli Studi di Roma - La Sapienza (1988). Atualmente é Professor Titular de Direito Processual Penal na Universidade Federal do Paraná, Procurador do Estado do Paraná e Advogado. Coordenador do Núcleo de Direito e Palestras do Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR.

DR. FERNANDO FACURY SCAFF
PALESTRA: Direitos Humanos e Tributação
É Professor Adjunto da Universidade de São Paulo - USP e Professor da Universidade Federal do Pará. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará (1983), Doutorado em Direito Econômico e Tributário pela Universidade de São Paulo (1988) e Pós-Doutorado pela Università Degli Studi di Pisa em Direito Público (2007). Membro do Conselho Diretor do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados-CEISA (2006-2009). Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros (2006). Membro do Instituto dos Advogados do Pará (2006). Sócio do Instituto Brasileiro de Direito Tributário.

DR. LÊNIO STRECK
Mestre e Doutor em Direito pela UFSC. Pós-doutor pela Universidade de Lisboa. Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) da UNISINOS. Professor permanente da UNESA-RJ, de ROMA-TRE (Scuola Dottorale Tullio Scarelli), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra-FDUC e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Membro caladístico da Academia Brasileira de Direito Constitucional ABCDCon. Presidente de Honra do Instituto de Hermenêutica Jurídica IHJ (RS-MG). Ex-Procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Autor de diversas obras jurídicas.

DR. LUIZ ALBERTO DAVID ARAUJO
PALESTRA: Direitos Humanos e inclusão da pessoa com deficiência
Graduado pela Faculdade de Direito da USP em 1976, Mestre (1989) e Doutor (1992) em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde também obteve a sua Livre Docência em Direito Constitucional (2004). É professor Titular de Direito Constitucional da PUC-SP, onde leciona da Graduação e Pós-Graduação. É Procurador Regional da República aposentado. Produção principal: tutela das minorias e dos grupos vulneráveis, com foco nas pessoas com deficiência e nas questões de gênero.



“Os participantes devem assumir o compromisso de fazer da avaliação um fecundo processo de aprendizagem, de crescimento social e de melhoramento institucional”.

Dilvo Ristoff

O tema “Direitos Humanos” é abordado em diversos eventos, cursos de extensão, trabalhos de iniciação à pesquisa e está contemplado em todos os Projetos Pedagógicos - PPCs de todos os cursos da IES, que também preveem disciplinas específicas em que o tema é trabalhado, tais como Introdução às Humanidades, Sociologia, Filosofia e Direitos Humanos.

COORDENADORA DO CURSO DE NUTRIÇÃO TEM DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SELECIONADA PARA O PRÊMIO DE INCENTIVO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O SUS 2016 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

A dissertação da professora Patrícia Chiconatto, - Coordenadora do curso de Nutrição⁴ da Faculdade Campo Real foi selecionada para a segunda fase de avaliação do Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS-2016 do Ministério da Saúde. Nessa etapa, dentre os trabalhos submetidos, 20 foram selecionados na categoria “Dissertação de Mestrado” e serão analisados na íntegra, nos dias 30 e 31 de agosto, pela Comissão Julgadora que definirá, em plenária, o trabalho premiado e as menções honrosas.

Intitulada de “Avaliação e promoção do conhecimento interdisciplinar em equipes de estratégia de saúde da família (esf) da cidade-sede da 5ª Regional de Saúde do Paraná”, orientada pela prof. Dra. Daiana Novello, do DENUT-UNICENTRO, objetivou diagnosticar e promover o conhecimento do trabalho interdisciplinar entre os profissionais. Participaram da pesquisa 214 profissionais de saúde de ambos os gêneros de 33 ESF's de Guarapuava.

O Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS integra as ações previstas na estratégia de Sustentação e o Fortalecimento do Esforço Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde.⁵

⁴ Curso de Nutrição, autorizado por meio da Portaria nº 1.050 de 20 de dezembro de 2007 e reconhecido por meio da Portaria nº 188 de 01 de outubro de 2012.

⁵ SISC&T – Sistema de Informação de Ciência e Tecnologia em Saúde - O SISC&T é o sistema de informações do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde. O SISC&T gerencia o Programa Pesquisa para o SUS, o Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS, o Prêmio Nacional de Incentivo à Promoção de Uso Racional de Medicamentos, o Banco de Consultores e o Pesquisa Saúde. Disponível em: <http://portal2.saude.gov.br/sisct/login.cfm> Acesso em: 22.08.2016

“Os participantes devem assumir o compromisso de fazer da avaliação um fecundo processo de aprendizagem, de crescimento social e de melhoramento institucional”.

Dilvo Ristoff

